

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
DIRETORIA ACADÊMICA
CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA

Bruna Guimarães Rodrigues

**O DOMÍNIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PELOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DO IFBA/CAMPUS SEABRA E
SUAS IMPLICAÇÕES NA EMPREGABILIDADE CONTEMPORÂNEA**

SEABRA

2019

Bruna Guimarães Rodrigues

**O DOMÍNIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PELOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DO IFBA/CAMPUS SEABRA E
SUAS IMPLICAÇÕES NA EMPREGABILIDADE CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Informática, pelo Curso Técnico Integrado de Nível Médio em Informática do Instituto Federal da Bahia-IFBA

Orientador: Professor Azamor Coelho Guedes

Seabra

2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
CAMPUS SEABRA
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

NOME DA ESTUDANTE

Bruna Guimarães Rodrigues

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Técnico em Informática, sendo aprovada pela Coordenação de Curso de Informática do Instituto Federal, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Seabra.

Banca examinadora:

Agmon Carlos Guedes
Orientador: Agmon Carlos Guedes
Instituto Federal, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Luanna Aguiar Cruz
Professor (a) Avaliador (a): Luanna Aguiar Cruz
Instituto Federal, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Leocinda de Matos Rêgo Ribeiro
Professor (a) Avaliador (a): Leocinda de Matos Rêgo Ribeiro
Instituto Federal, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

À minha filha, mãe, esposo e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua infinita misericórdia ao permitir que eu chegasse aonde cheguei.

À minha filha que é o principal motivo de todo o meu esforço e dedicação, sendo em momentos de cansaço e desânimo, meu porto seguro.

À minha mãe e esposo que nunca duvidaram da minha capacidade e sempre me incentivaram a prosseguir em todos os meus projetos.

Aos meus amigos Tamares e Jeová, que foram como irmãos para mim em toda a minha trajetória no IFBA, me fazendo acreditar sempre no meu potencial, mesmo quando duvidei e em diversos momentos difíceis estiveram comigo. Meu muito obrigada.

Agradeço também à professora Malu que me orientou nesse trabalho, no entanto, infelizmente por motivos de força maior não pudemos prosseguir com a orientação e ao meu atual orientador Azamor pela boa vontade em ter disponibilizado seu tempo para me orientar nessa reta final.

E, em especial, aos trabalhadores terceirizados do IFBA campus Seabra por disporem do seu tempo para responder aos questionários, sem eles não existiria esse trabalho.

RESUMO

As denominadas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão enraizadas na estrutura social contemporânea e presentes nos diversos segmentos sociais e, conseqüentemente, modificaram a dinâmica de diversas atividades econômicas, políticas, sociais e culturais. Na utilização e disseminação de tais ferramentas tecnológicas em nossa sociedade, foi também percebida uma parcela da população não incluída nesse processo, o que impulsionou políticas de iniciativa pública e privada em torno do que se denomina inclusão digital. No entanto, esses programas não foram tão eficientes, uma vez que o termo inclusão digital foi, muitas vezes, restringido ao entendimento de privação do acesso aos equipamentos tecnológicos digitais. Por outro lado, parte da literatura acadêmica analisa que esse é apenas um dos fatores que contribui no aprofundamento dessa desigualdade. O excluído digital, encontra-se em um contexto também de não letramento alfabético e digital, o que compreende um detalhe que compromete a apropriação e participação eficiente em uma sociedade mediada por computadores. Em vista disso, o presente trabalho foi construído com o objetivo de analisar a relação entre exclusão digital e um espaço institucional mediado pelas TICs. A metodologia empregada foi realizada através de entrevistas com trabalhadores terceirizados do Instituto Federal da Bahia, Campus de Seabra, e por meio de tabelas construídas com base em dados levantados. Através da aplicação das metodologias, acima descritas, confirmamos a existência da apropriação desigual, por esse grupo, das ferramentas tecnológicas como previa a literatura, bem como analisamos o impacto de diversas variáveis que impactam na relação entre os terceirizados e as TICs. O presente estudo busca, primordialmente, entender de que forma acontece essa apropriação e a importância da correta assimilação das informações para conseqüente aquisição de conhecimento.

Palavras-chave: Novas Tecnologias. Exclusão Digital. Trabalhadores Terceirizados- IFBA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6 REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A disseminação de ferramentas tecnológicas se mostrou crescente nas últimas décadas, causando mudanças significativas dentro das composições sociais. Tais modificações são mais facilmente perceptíveis quando volta-se o olhar para os novos meios de comunicação, pois estes expandiram de forma expressiva as possibilidades de interação no mundo social e acresceram às informações uma velocidade de disseminação antes inimaginável.

A comunicação por meio de mensagens instantâneas predomina entre parcela considerável da sociedade demonstrando, assim, grande adaptação aos novos recursos e demandas da atualidade, mesmo porque, o panorama social contemporâneo exige cada vez mais otimização do tempo, afirmação esta seguramente identificável nessa conjuntura em que os indivíduos têm se desdobrado para assumir diferentes atividades e ocupações.

Tendo em vista a exigência contemporânea de recursos tecnológicos que facilitem a dinâmica atual da sociedade, as TICS atuam no sentido de agilizar a execução de atividades e atender às demandas sociais. Ainda que esse processo de reconfiguração social causado pelas TICS esteja em andamento, é perceptível a intensidade e utilidade desse movimento, haja vista que diversas atividades foram convertidas para resoluções tecnológicas. O You Tube¹ é um exemplo de plataforma inicialmente criada para compartilhamento de vídeos e, atualmente, vem sendo usada também na distribuição de aulas e/ou cursos digitais, contribuindo desta forma, na democratização do acesso à conteúdos de qualidade, além de entretenimento e oportunidades de socialização.

Nesse sentido, o modo como as TICs se tornaram importantes é também discutido por Castells (1999); ele aponta que as criações tecnológicas, a exemplo de computadores, sistemas de decodificação e as próprias tecnologias de informação são extensões da mente humana. Tal afirmação ilustra claramente as enormes dimensões que as tecnologias estão assumindo. Entretanto, essas não se referem somente a contribuições na resolução de demandas contemporâneas relativas às interações interpessoais ou à

¹ DANTAS, Tiago. "Youtube; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/youtube.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2018.

modernização nos setores de produção industrial, as novas tecnologias adentraram na sociedade de modo que estão se tornando imprescindíveis para a realização de operações em geral, que muitas vezes são tarefas simples e realizadas diariamente, tais como, fazer compras e pagá-las *online*.

Bonilla e Souza (2011) discutem os impactos das TICS para a população:

Multiplicam-se as misturas culturais, acelera-se a sociodiversidade, emergem novos valores, intensifica-se o volume de informações, abrem-se possibilidades para variadas formas de comunicação e de diferentes linguagens, o que potencializa os processos de aprendizagem e produção de conhecimento. (BONILLA; SOUZA, 2011, p.91)

Nessa perspectiva, compreende-se que toda a estrutura social passa por transformações que perpassam o cenário operacional de demandas produtivas e econômicas e transitam nas relações sociais. Tendo em vista que esse processo é refletido também no modo como os indivíduos se relacionam e com as modificações na prática de atividades cotidianas, sendo importante ressaltar que este panorama se bifurca por conta da sua própria natureza dual, assim, se por um lado são inegáveis os acréscimos advindos dessa revolução digital, por outro não deixa de ser inquietante a efemeridade das transformações. De acordo com Lévy (1999), citado por Costa (2011):

Essas técnicas [TIC] criam novas condições e possibilitam ocasiões inesperadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, mas...[...] elas não determinam automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano. (COSTA *apud* LÉVY, 2011, p.109)

Assume-se, de toda forma, que as TICs ultrapassaram fronteiras geográficas e permitiram a extensão dos níveis de comunicação para um âmbito global, possibilitando assim a aproximação dos sujeitos. As tarefas

cotidianas também passaram a ser resolvidas por ferramentas tecnológicas, substituindo o modo manual anterior.

Seguindo essa linha de raciocínio, há de se pensar que essas tecnologias estão sob domínio de toda a população, no entanto, com base na percepção da existência de desigualdades sociais mantidas historicamente, depreende-se que a questão do acesso se restringe a grupos específicos, fortalece uma estrutura que desapropria pessoas do direito de exercer a cidadania, visto que, há um contato maior dos meios de comunicação digitais por parte de grupos favorecidos política e economicamente, em detrimento de populações desassistidas pelo Estado.

A ideia de sociedade interligada, concebida junto ao movimento de globalização, vem sendo defendida na atualidade a partir de afirmações de que desde a arquitetura física dos espaços até as formas de circulação de informações vem sendo alteradas pela inserção de novas tecnologias. Por essa percepção gera-se um pressuposto de que todos os indivíduos usufruem das facilidades promovidas pelas novas tecnologias, ao mesmo tempo em que forja a imagem de que todos estão integrados a esse novo cenário. No entanto, por conta da barreira econômica e da desigualdade social muitos grupos aparecem alheios às novas tecnologias e distantes das comunicações e funcionalidades possibilitadas pelas mesmas (SANTOS, 2011).

As TICs dividiram a sociedade em analfabetos e alfabetizados digitais e devido a isso, foram implementados diversos programas de governo baseados em políticas públicas compensatórias em torno do que se concebe enquanto inclusão digital. Dentre os programas de inclusão digital oferecidos pelo Governo Federal, tem-se: o Computador para Todos, que consiste em uma redução nos preços das máquinas; o programa Telecentro que foi implantado em áreas geográficas carentes do Brasil, permitindo acesso gratuito pelos moradores a esses locais, os quais possuem computadores com *software* livre e conexão à *internet*.

Nesse contexto, o artigo 1º do decreto nº 5.542 de 20 de setembro de 2005 disciplina in verbis:

Fica instituído, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, com o objetivo de promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (*software*) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento, observadas as definições, especificações e características técnicas mínimas estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.(BRASIL, 2005)

No entanto, tais políticas públicas ainda se mostraram insuficientes quanto à resolução do problema, visto que, ainda hoje existe um contingente populacional, geralmente de baixa renda, que não possui domínio sobre essas tecnologias. Isso só demonstra o quanto os programas denominados de inclusão digital visam, primordialmente, a democratização do acesso aos equipamentos tecnológicos, sem considerar a realidade social e cultural inerente à essas população excluídas, concluindo que apenas a distribuição de máquinas e conexão à internet em locais de uso público seriam suficientes.

Nesse sentido, com base nas percepções globais que são refletidas nas esferas regionais, faz-se um recorte empírico para o cenário da cidade de Seabra localizada no interior da Bahia, que possui uma população de aproximadamente 45.395 pessoas segundo o Censo do IBGE de 2016, fundamentalmente para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA implantado há 5 anos, com o objetivo, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de “estender-se a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *Stricto-Sensu* (mestrado e doutorado)”, sendo este espaço fecundo para produção e disseminação de tecnologias, uma vez que oferta cursos integrado e subsequente de formação na área de informática, emprega também profissionais da área no seu quadro de docentes.

Destaca-se nesse cenário, um quantitativo de trabalhadores terceirizados desempenhando diversas funções, estes em sua maioria, possuem apenas o segundo grau completo e em faixas etárias entre 24 e 54 anos, se encontram em maior vulnerabilidade profissional, e por isso, esse grupo foi escolhido para essa pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Castells (1997) conceitua a sociedade mediada pelas TICs como uma sociedade em rede. Nessa perspectiva, entende-se que o movimento gerado por conta do advento e da incorporação de ferramentas tecnológicas na sociedade transformaram consideravelmente a estrutura social em si. As atividades passaram a refletir, em seus processos, a presença das novas tecnologias e a partir dessa inserção foram modificadas as formas de sociabilidade, comercialização, comunicação, arquitetura, economia, entre outras.

Com a dilatada presença das TICs na maioria dos espaços sociais, políticos e econômicos, naturalizou-se a ideia de que as informações existentes sejam de acesso universal e igualitário, visto que diversos serviços públicos e privados passam a ser oferecidos utilizando como base central, as TICs. Em decorrência desse movimento de incorporação, relações de dependência cada vez mais se estreitam. Avista-se que variadas tarefas que antes poderiam ser realizadas sem o uso dessas tecnologias, agora estão impossibilitadas. À guisa de exemplificação, tem-se a sociedade seabrense, a qual, não obstante sua pequena densidade demográfica e não dispor de polos industriais, o uso quase subordinado da tecnologia se faz presente e essa dependência criada pode ser percebida no uso de smartphones para desde a simples conexão em comunidades virtuais até transações bancárias. De certo modo, pondera-se que esses processos facilitam as atividades cotidianas, no entanto, tem-se percebido um uso quase cogente desses meios.

Todavia, é percebido nessa mesma sociedade, diversos segmentos populacionais, que embora tenham suas vidas afetadas pelas tecnologias da informação e comunicação, não se apropriaram na mesma velocidade que as tecnologias impactaram no contexto social. Assim, tais sujeitos competem de maneira desigual por carência de capacitação em relação às TICs e passam a ocupar somente lugares delimitados perante à referida sociedade.

O atual sistema de produção, seja este de qualquer âmbito, tenta se desenvolver de modo a integrar as ferramentas tecnológicas à execução de suas tarefas, com fins de aperfeiçoá-las, como é visto os mais variados setores criando recentemente aplicativos ou atendimentos virtuais como alternativa à

presença física do indivíduo ao local para realizar o procedimento desejado. No entanto, esses mesmos sistemas constituem-se em mercados de trabalho que para além da antiga exigência de qualificações profissionais, títulos acadêmicos, são exigidos dos profissionais também, conhecimentos acerca de recursos tecnológicos e esse requisito exigido se torna cada vez mais crescente.

A realidade que permeia essa demanda profissional é um contingente de indivíduos que não se encaixam nesses perfis, devido a vários motivos, a saber: a falta de oportunidade de acesso à Educação Básica², o que tem dificultado a qualificação desses indivíduos em ambientes de habilitação tecnológica, uma vez que, como dito em outro momento, o não- letramento alfabético constitui-se em um agente que dificulta a alfabetização e letramento digitais.

Logo, surge uma massa de trabalhadores que se submete a ocupações que desrespeitam Leis trabalhistas e principalmente, desvalorizam o trabalho do próprio indivíduo. Mas, é importante considerar que a forma como as estruturas sociais se edificaram ao longo do processo histórico, privilegiando grupos específicos, impede que segmentos mais vulneráveis subvertam ao sistema posto. Por conta disso, ao passo que o mercado se desenvolve e passa a aderir a ferramentas tecnológicas, seja pelo intuito de otimizar tempo ou aperfeiçoar a produção, visualiza-se que torna-se forçoso aos trabalhadores muitas vezes se submeterem a condições inadequadas, pois sob os mesmos paira a insegurança frente a uma dinâmica que cada vez mais substitui mão de obra humana por máquinas e ainda promove competições entre indivíduos e seus respectivos níveis de qualificação.³

Reflete-se, portanto, que o domínio das TICs se tornou essencial na sociedade em rede, para que os indivíduos cumpram exigências básicas do mercado de trabalho e acompanhem as novas dinâmicas de ensino/aprendizagem. De acordo Bonilla e Oliveira (2011):

² Educação básica ou Ensino básico compreende o nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação escolar ou formal, cerca de oito anos.

³ Os dados usados no presente trabalho foram coletados no ano de 2017, no entanto, o artigo está sendo defendido em 2019.

[...] as exigências de qualificação profissional são cada vez mais ampliadas e associada ao nível educacional dos sujeitos, e que a habilidade com as tecnologias digitais, que evoluem de forma vertiginosa, embora seja imprescindível, é apenas um dos requisitos exigidos. (BONILLA; OLIVEIRA,2011, p. 33)

É inegável que as novas tecnologias conseguiram substituir ferramentas mais antigas, devido à praticidade proporcionada. Autores como XAVIER (2002) são entusiastas dessas tecnologias quando visualizam um avanço em diversos setores sociais, a exemplo da educação; os mesmos consideram que essas ferramentas digitais efetivam o processo de ensino/aprendizagem, ao passo em que concedem aos estudantes maior autonomia nesse processo, fazem críticas também aos modelos conservadores da educação, que prezam o ensino estático e inteiramente centrado no educador, o qual atribui ao aprendiz a função apenas de receptor de informações, o que dificulta a compreensão e formação individual de conhecimento.

Não obstante os pontos positivos das TICS, as mesmas parecem reforçar a fragmentação da sociedade, no sentido em que acentuam as diferenças e as desigualdades, tendo em vista grupos que foram marginalizados nesse processo teoricamente “global”. Benakouche (2012) defende:

No entanto, por mais positivo que se possa considerar o processo em curso, deve-se reconhecer que ele também criou o seu avesso, ou seja, a exclusão de massas de indivíduos dos usos dessas mesmas tecnologias, processo que vem sendo nomeado de 'exclusão digital', numa tradução livre (e não muito feliz) da expressão 'digital divide', utilizada nos países de língua inglesa.(BENAKOUCHE, 2012, p.52-53)

O termo exclusão digital tem sido diversas vezes associado ao fenômeno de exclusão social, o que impulsiona políticas públicas em torno do que se denomina “Inclusão digital”, porém, esses programas são extremamente tecnicistas- atribuindo maior importância ao uso dos equipamentos digitais, o que deveria ser apenas um dos pré-requisitos necessários. Para que essas políticas compensatórias se efetivem, necessita que haja a interação desses sujeitos com essas tecnologias, de tal forma que a autonomia proporcionada

aos mesmos, transforme a realidade das comunidades das quais fazem parte. Nessa perspectiva, os autores Bonilla e Pretto (2011) aludem a Warschauer (2006) para afirmar que:

O objetivo da utilização da TIC com grupos marginalizados não é a superação da exclusão digital, mas a promoção de um processo de inclusão social. Para realizar isso, é necessário 'focalizar a transformação e não a tecnologia. (WARSCHAUER *apud* BONILLA; PRETTO, 2011, P.32)

Podemos inferir que o termo exclusão digital não contempla toda a complexidade do problema social que tem origem em vários problemas históricos, o referido termo abrange apenas uma das faces da desigualdade socioeconômica, visto que anteriormente à popularização desses recursos tecnológicos, diversos grupos já não possuíam acesso a outros direitos básicos. A concentração de poder sempre se fez presente em diversas sociedades e épocas distintas, e a "Era digital" não foge à lógica. O acesso à internet ou o simples uso de ferramentas digitais não depende apenas da capacitação e sim, da concessão também de condições necessárias para o efetivo usufruto das tecnologias digitais. Indiscutivelmente, a desigualdade no uso das tecnologias já pode ser notada, desde o momento que indivíduos são apresentados aos dispositivos tecnológicos na infância e o previsível acontece: essas mesmas crianças tendem a desenvolver uma formação mais ampla, com capacidade técnica para manusear computadores e utilizar a internet de forma crítica e autônoma. Bonilla e Oliveira (2011) afirmam que a consequência dessa disparidade é que:

Enquanto o filho do rico acessa todos os recursos disponíveis em rede, a partir de casa, com equipamentos de áudio e vídeo de última geração, os filhos dos pobres acessam a partir da escola ou dos centros públicos, onde as proibições são muito mais destacadas que as possibilidades de comunicação, acesso à informações e produção oferecidas pelas redes. (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p.41)

As políticas públicas partem do pressuposto de que uma parcela da população é excluída devido à falta de acesso aos recursos digitais e a partir disso, criam projetos para inserção dessas comunidades nessa dinâmica de base digital, acreditando assim na diminuição dos problemas sociais.

Tais políticas consistem na aplicação de cursos básicos de informática em Telecentros, capacitação para professores, dentre outros. No entanto, os envolvidos nesse processo de inclusão possuem pouca autonomia no uso dessas tecnologias, pois estão sempre monitorados e com limites evidentes de suas ações, aumentando ainda mais a barreira que exclui indivíduo e espaço, quando sabe-se que tais locais devem ser criados para atuar de forma a modificar a realidade da sua comunidade. Segundo Bonilla e Pretto (2011), a própria definição de inclusão digital, que consta no texto do programa de inclusão sócio-digital do estado da Bahia, se apresenta contrária ao que ocorre na prática. Os seguintes significados são atribuídos pelo programa ao termo inclusão digital:

Possibilitar a apropriação da tecnologia e o desenvolvimento das pessoas nos mais diferentes aspectos; estimular a geração de emprego e renda; promover a melhoria da qualidade de vida das famílias; proporcionar maior liberdade social; incentivar a construção e manutenção de uma sociedade ativa, culta e empreendedora. (Programa de inclusão sócio-digital, 2004)

O autor afirma que os cursos de capacitação ofertados pelo programa, possibilitam ao sujeito apropriar-se dessas tecnologias. O termo “apropriação” significa também tomar posse de algo, tornar próprio, contudo, o que é bastante comum nesses espaços é a imposição de limites e regras quanto ao uso das tecnologias, os sujeitos são constantemente monitorados e orientados ao que se deve ou não fazer, tornando, portanto, inconsistente o uso do termo nesse contexto.

Como já foi mencionado anteriormente, o mercado de trabalho amplia cada vez mais suas exigências, logo, o domínio de ferramentas digitais por parte dos sujeitos é apenas um dos requisitos esperados pelas instituições empregadoras. Cabe ressaltar também que os cursos que são oferecidos,

geralmente são de informática básica, não contribuindo tanto na proficiência dos envolvidos nessas áreas tecnológicas.

Para acompanhar as transformações correntes no corpo social, que são predominantemente influenciadas pelas tecnologias de base digital, não basta que o indivíduo seja alfabetizado e letrado, necessita também que o mesmo seja letrado digitalmente. Os termos assumem um novo sentido com fim de abranger as novas dinâmicas sociais.

Com as TICs, indivíduos plenamente letrados alfabeticamente, não raro, são iletrados ou mesmo analfabetos digitais. Xavier (2002) concorda com o preposto, quando afirma que:

Possivelmente alguém, mesmo sendo alfabetizado e letrado, isto é, já dominando a tecnologia de leitura e da escrita e fazendo uso dos privilégios totais do letramento, seja ainda um “analfabeto ou iletrado digital”. (XAVIER,2002, p.2)

É necessária, como dito em outro momento, a análise crítica das informações recebidas uma vez que no chamado “Século do conhecimento”, são inúmeras informações disponíveis, mas que devem ser corretamente filtradas para que sejam convertidas em conhecimento útil. Nesse sentido, o indivíduo deve ser letrado alfabeticamente, para que o sujeito possa assimilar o conteúdo da informação, em vez de apenas realizar uma leitura funcional e desprovida de senso crítico.

Xavier (2002) chama atenção para a dependência existente entre dois tipos de letramento, alfabético e digital, ao salientar o seguinte:

[...] podemos afirmar que a principal condição para a apropriação do letramento digital é o domínio do letramento alfabético pelo indivíduo. Há uma inegável dependência do “novo” tipo de letramento em relação ao “velho”. (XAVIER, 2002, p.4)

É importante destacar que devido a desigualdades socioeconômicas, diversos indivíduos não são letrados alfabeticamente, o que,

consequentemente, reflete no letramento digital. Esse princípio de desigualdade é existente ao passo em que os recursos tecnológicos não são de domínio universal.

Ainda que garantida por lei, a cidadania desses indivíduos é comprometida. De acordo com Xavier (2002):

Sabemos que alguns são considerados mais cidadãos que os outros cidadãos e vivem como desiguais dentro de uma suposta sociedade de iguais perante a lei e o Estado. São poucos aqueles que têm acesso à cidadania plena. A estes cabem não só o domínio de tais recursos, como também a utilização de tais ferramentas como mecanismo de impedir a ação e a voz dos sem-recursos, que geralmente são analfabetos, não-letrados e iletrados digitais. (XAVIER, 2002, p.10)

Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico quando relacionado com noções de espaço e relacionamento entre sujeitos, passa a requerer dos indivíduos para além de domínio de seus recursos, a alfabetização e o letramento digital, e com isso torna-se mais complexo ainda adentrar nesse cenário aqueles que já não faziam parte dele, mais uma barreira parece ser colocada quando na verdade em muitos sentidos poderia significar maiores possibilidades.

Assim, pondera-se que as TICs assumiram um papel importante e quase indispensável atualmente, proporcionando mudanças positivas e também negativas, a exemplo da polarização social acentuada que carrega consigo reflexos de uma sociedade excludente. Dessa maneira, deve ser repensado o modo com que atuam as políticas públicas existentes, para que haja o efetivo envolvimento dos sujeitos com maior autonomia nesses espaços, contribuindo ativamente na transformação de suas comunidades, tendo sempre como foco principal a erradicação de perdas históricas, em vez de políticas apenas compensatórias.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O desejo de responder a diversos questionamentos, leva-nos a buscar um caminho pelo qual estes sejam respondidos. Diante dessa perspectiva,

recorre-se à pesquisa, a qual, através de diversos métodos é realizada. Gerhardt e Souza (2009) citam Gil (2007) para explicar que a pesquisa configura-se enquanto:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.(GIL *apud* GERHARDT; SOUZA,2009, p.12)

Quanto à natureza metodológica, a presente pesquisa se classifica como aplicada e exploratória, uma vez que os conhecimentos por ela proporcionados tem como princípio a aplicação prática vinculada à solução de problemas específicos e, sendo exploratória, por meio da aplicação de questionários, foi permitida uma maior aproximação com os envolvidos no problema abordado, uma vez que, em campo, foram entrevistadas pessoas que convivem diariamente com a questão que a presente pesquisa aborda. Cabe salientar que a mesma foi realizada respeitando todos os procedimentos éticos exigidos para estudos que envolvem seres humanos.

No que se refere à abordagem, é quantitativa e qualitativa, pois os dados numéricos obtidos no questionário aplicado aliam-se aos relatos dos terceirizados entrevistados. O questionário aplicado é composto por questões fechadas e abertas, o que proporciona ao pesquisador uma análise mais subjetiva dos fatos, tentando explicar problemas que, por vezes, não podem ser quantificados. Ao referir-se a tal assunto, Silveira e Córdova (2009), dizem que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.(SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32)

Os procedimentos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e estudo de caso .O levantamento bibliográfico na pesquisa consiste em análise de estudos teóricos já publicados referentes ao assunto que se deseja pesquisar, sendo este método imprescindível em qualquer trabalho científico. No que se refere ao estudo de caso, tem-se a reflexão de Fonseca (2002) citada por Silveira e Córdova (2009):

[...] pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.39)

Ainda nessa mesma linha de considerações, Silveira e Córdova (2009) fazem menção aos exemplos mais comuns para essa modalidade, citados por Mazzotti (2006):

[...] os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo (como os casos clínicos descritos por Freud), um pequeno grupo(como o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição(como uma escola, um hospital), um programa(como o Bolsa Família), ou um evento(a eleição de uma escola) (MAZZOTTI apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.39)

Os procedimentos metodológicos utilizados foram essenciais no entendimento prático de problemas apontados na verificação bibliográfica anteriormente, ainda que a pesquisa não se caracterize enquanto pesquisa-ação, traz problemáticas persistentes e propõe soluções às mesmas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Novas tecnologias da informação e Comunicação (TICs) trouxeram avanços para diversos setores sociais, no entanto, a mesma lógica que criou uma produtiva e célere sociedade em rede (CASTELLS, 1997), formou também,

como defende Benakouche (2012), uma massa de excluídos dessa realidade digital.

No sentido desse movimento as tecnologias assumiram uma feição de duplicidade dentro da sociedade. De modo destoante as melhorias incrementadas, tal advento passou a suscitar empecilhos para o desempenho pleno do exercício da cidadania pelos seus sujeitos, na medida em que promove a separação dos mesmos por meio da acentuação de discriminações no acesso e uso de recursos tecnológicos.

Conforme discutido por Bonilla e Oliveira (2011) as TICs potencializaram exclusões anteriores à sua presença no contexto social. Nessa égide, a presente pesquisa se estruturou pelo intento de compreender como esse processo tecnológico impacta entre grupos sociais. Nesse sentido, localizamos como foco da pesquisa um grupo de trabalhadores terceirizados que prestam serviços ao Instituto Federal da Bahia, especificamente no campus instalado na cidade de Seabra.

Assim, cabe ressaltar que os resultados e discussões ora apresentados decorrem da conciliação de informações obtidas por meio do trabalho de campo junto a literatura voltada à temática em questão.

Na fase inicial da pesquisa foi elaborado o questionário para coleta de dados, sendo este posteriormente aplicado durante três dias a uma amostra de vinte e seis trabalhadores terceirizados, com idades entre 24 e 54 anos, conforme tabela 1. Do total dos entrevistados, restou apurado que dezessete são do sexo masculino e nove, feminino, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 1- Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Quantidade
24 a 29 anos	9
30 a 39 anos	11
40 a 54 anos	6
Total	26

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

Tabela 2- Gênero dos entrevistados

Gênero	Quantidade
Feminino	9
Masculino	17
Total	26

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

Há na instituição em estudo diversas atividades destinadas à execução de acordo com o modelo de organização estrutural de terceirização, sendo elas: auxiliar de serviços gerais, vigilância, auxiliar de reprografia, operador de fotocopadora, auxiliar de manutenção, cozinha, copa e recepção. Seguindo essa lógica processual, o funcionário terceirizado é contratado por uma empresa que presta serviços ao Instituto, e esse, por sua vez, contrata-o tentando descentralizar permanente ou temporariamente uma parcela de suas atividades e conseqüentemente reduzir os custos com a mão-de-obra.

Verifica-se, portanto, que o profissional terceirizado é aquele que figura entre a empresa contratante e a contratada, cumprindo a ele executar atividades e serviços determinados. De forma específica, Instituições de ensino como o IFBA/ Campus Seabra obrigatoriamente devem contratar pela forma de terceirização, fundamentalmente para prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva das unidades.

De acordo com dados coletados no ano de 2017 e das informações fornecidas por um técnico administrativo da Instituição, o IFBA Campus de Seabra possui um total de 61 servidores efetivos, contratados diretamente pela Instituição de ensino, e trinta e um terceirizados.

Não obstante a existência desse quadro de servidores efetivos, há diversas tarefas que são incumbidas a funcionários terceirizados, tarefas essas que demandam qualificação em áreas específicas. No entanto, são realizadas por funcionários terceirizados, situação que confirma um quadro de precarização do trabalho. Destarte, vislumbra-se nesse modelo de relação que

o maior prejudicado é o próprio terceirizado que intermedia o processo produtivo, visto que há uma clara desvalorização dos serviços prestados por tais sujeitos, evidenciada na baixa remuneração e instabilidade profissional.

Como explanado outrora, a apropriação de recursos tecnológicos e o consequente envolvimento de sujeitos em uma sociedade informacional está intrinsecamente ligada à desigualdades sociais históricas. A partir dessa ótica, enxerga-se que os trabalhadores terceirizados fazem parte de uma parcela que não desfruta integralmente das facilidades trazidas por essa sociedade interligada, muitas vezes, por conta de exclusões anteriores vivenciadas em suas trajetórias.

Por esse entendimento, é confirmada uma situação de dupla exclusão dos sujeitos nos espaços sociais, levando-os a se submeterem a serviços diversos dos quais foram contratados, sem garantia de estabilidade ou perspectiva de planos de carreira e que não valorizam ou tampouco incentivam qualificação profissional.

Segundo um dos entrevistados, o mesmo foi contratado para ser recepcionista, no entanto, atua na área de fotografia e *web design*, sem ao menos ter sido ofertado a este, cursos de capacitação. O entrevistado também afirmou ter feito cursos relacionados à área de atuação por conta própria, sem que a ele tenham sido concedidos recursos financeiros para tal qualificação e muito menos um vínculo empregatício sólido com planos de carreira.

Percebe-se que esses funcionários terceirizados são designados a realizar tarefas distintas das ocupações para as quais foram contratados devido à insuficiência no quadro de servidores, consequência da crescente terceirização como vínculo empregatício em detrimento de realização de concursos públicos.

As funções terceirizadas existentes no IFBA Campus de Seabra, no ano de 2017, são variadas, a saber: auxiliar de serviços gerais, vigilância, reprografia, operador de fotocopiadora, auxiliar de manutenção, cozinha, copa e recepção. Essa última divide-se em recepção 1 e 3, variação condicionada ao grau de escolaridade. O recepcionista 3 necessita possuir nível superior, entretanto, a única diferença que existe entre esse e o recepcionista 1 é apenas a remuneração, que é um valor irrisório, segundo relato de entrevistados, cerca de cem reais.

É perceptível a tentativa da prestadora de serviços de incentivar a qualificação dos funcionários, contudo, esses são privados de tantos outros benefícios e seguranças frente a ausência de criação de planos de carreira, falta de garantia de permanência no emprego, que não ameniza a preocupação desses trabalhadores precarizados em relação ao desemprego

Há na Instituição distintos cargos destinados à ocupação dos funcionários terceirizados, conforme tabela 3.

Tabela 3- Ocupação profissional dos entrevistados

Ocupação dos terceirizados	Quantidade
Auxiliar de serviços gerais	4
Auxiliar de cozinha	2
Auxiliar de manutenção	1
Vigilância	9
Recepção	7
Auxiliar de reprografia	1
Auxiliar de fotocopadora	1
Copa	1
Total	26

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

Outro ponto que suscita questionamentos é o fato de que funções que exigem domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), são desempenhadas principalmente por homens, enquanto serviços relacionados à limpeza e cozinha são executados predominantemente por mulheres, reforçando assim ideários de que o conhecimento é inerente ao gênero.

Tabela 4- Ocupação e gênero

Ocupação dos terceirizados	Quantidade por gênero	
	Mulher	Homem
Recepção	4	3

Vigilante	0	9
Copeira(o)	1	0
Auxiliar de Limpeza e serviços gerais	2	2
Cozinha	2	0
Auxiliar de manutenção	0	1
Auxiliar de Reprografia	0	1
Auxiliar de fotocopiadora	0	1
Total	9	17

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

No perfil desses trabalhadores também foi destacado o grau de escolaridade, conforme tabela 5, os quais, apresentam, majoritariamente, nível médio completo, havendo apenas quatro terceirizados com nível superior, no espaço amostral de 26 entrevistados, considerando, ainda, que um desses ainda não concluiu a graduação. Esses números nos permitem analisar as oportunidades desiguais que permeiam o universo desses trabalhadores, tendo em vista que a escolarização também se relaciona a fatores diversos, tais como renda, incentivo à qualificação profissional por parte dos planos de carreira, dentre tantos outros determinantes.

Assim, ainda que de modo geral todos façam parte de uma grande classe de trabalhadores, esses sujeitos contratados segundo a lógica da terceirização aparecem reiteradamente como vítimas de desigualdades, estas transparecem na questão da pouca valorização desses profissionais no espaço de trabalho, na baixa remuneração dos mesmos frente aos serviços prestados ou em análise comparativa aos trabalhadores contratados. Outro fator que os separa dos demais trabalhadores é o fato de serem regidos por uma legislação diferenciada, sendo importante ressaltar que a terceirização de serviços foi somente regulamentada recentemente pela Lei n.º 13.429/2017. Assim, é inevitável que a existência de regimes jurídicos distintos não se torne pressuposto para a diferenciação nas condições de trabalho de cada um dos grupos assistidos.

Tabela 5- Nível de escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Quantidade
Ensino Fundamental incompleto	1
Ensino Fundamental completo	1
Ensino médio incompleto	3
Ensino médio completo	16
Ensino superior incompleto	1
Ensino superior completo	4
Total	26

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

É válido destacar que no momento da entrevista, diversos entrevistados demonstraram receio em participar do questionário e alguns pediram pra que o nome não fosse divulgado. Isso demonstra a instabilidade profissional em que vivem, pois, ainda que muitos tenham ciência que seu trabalho não é valorizado como deveria, o medo em perder o emprego é presente, logo, para vários deles, responder ao questionário poderia estar colocando em risco seu emprego. Em razão disso, visando manter o sigilo da identidade dos trabalhadores que participaram da pesquisa, os mesmos foram agrupados em 3 grupos: A, B e C.

Servidores pertencentes ao grupo “A” possuem em sua maioria ensino superior completo e exercem funções que necessitam do domínio de ferramentas da informática. O grupo “B” engloba os vigilantes entrevistados, sendo que esses possuem, em sua maioria, ensino médio completo e não demonstraram tanta facilidade no uso de computadores, ainda que a maioria possua computador em casa. O terceiro grupo, “C”, consiste em auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cozinha, copeira e manutenção. Assim como o

grupo “B”, nenhum dos participantes desse grupo apresenta nível superior e, a maioria, não possui computador em casa, utilizando o celular como principal ferramenta de acesso à *internet*, tendo como fator agravante da exclusão social, a situação econômica desfavorável.

Foram analisados dois pontos principais nas entrevistas, a saber: O domínio das novas Tecnologias de informação e comunicação por parte dos servidores terceirizados e a opinião dos mesmos no que se refere à incorporação das novas TICs na sociedade.

Todos os entrevistados relataram não ter recebido nenhum treinamento no que concerne ao uso de computadores e outras tecnologias no IFBA/campus Seabra, o que consiste em um problema, visto que grande parte dos terceirizados, mais especificamente do grupo A, trabalha diretamente com as novas TICs. Sendo o IFBA um instituto de Educação, Ciência e Tecnologia, espera-se que os funcionários estejam devidamente treinados na área tecnológica para o exercício da função.

As pessoas que afirmaram ter realizado curso de informática, fizeram por conta própria, o que demonstra que consideram importante o conhecimento tecnológico na sociedade contemporânea. Ressalta-se que foi unanimidade, por parte dos entrevistados, a premissa básica de que o domínio das novas tecnologias pode aumentar significativamente as oportunidades de emprego. Na tabela 6 é verificado um quantitativo maior de pessoas que fizeram curso básico em informática em algum momento da vida.

Tabela 6 – Funcionários que fizeram curso básico em informática

Pessoas que fizeram curso básico de informática	
Fizeram	17
Não fizeram	9
Total	26

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

O grupo A, possui maior acesso às novas tecnologias de informação e comunicação no ambiente de trabalho, sendo, portanto, observada grande diferença na recepção às perguntas contidas no questionário em relação aos demais grupos. Uma das perguntas do questionário, buscava saber se o entrevistado conseguia preparar um currículo no computador e foi um quesito importante para análise dos mencionados grupos.

O grupo A se sentia extremamente incomodado e constrangido com a pergunta, uma vez que esse grupo considera uma atividade fácil, por estar inclusa em seus exercícios cotidianos. No entanto, os grupos B e C, o último, mais especificamente, afirmou que, quando necessitava construir um currículo, pedia para que conhecidos o fizessem, pois não têm conhecimento de como elaborar, enquanto outros afirmaram que por falta de tentativa, nunca construíram.

Tabela 7- Terceirizados que possuem computador na residência

Terceirizados que possuem computador em casa	
Possuem	18
Não possuem	9
Total	26

Fonte: Elaborada com base nos dados obtidos nos questionários aplicados aos terceirizados, 2017.

Quando questionados acerca da presença de computadores em casa, dentre os 26 entrevistados, 18 afirmaram possuir computador próprio- como exposto na tabela 7- e, entre esses, apenas 14 possuem conexão à internet banda larga. Dentre aqueles que possuem computador próprio, apenas 12 sabem preparar um currículo na máquina. Através dos mencionados dados,

nota-se que a ferramenta mais utilizada para conexão à internet é o dispositivo móvel, que é usado principalmente no acesso de redes e sites de relacionamento e mesmo aqueles que possuem computador pessoal, não exploram os recursos disponíveis no equipamento.

Os dados expostos na tabela acima revelam a insuficiência dos meros equipamentos físicos no processo de inserção dos sujeitos à dinâmica digital, uma vez que os aparelhos físicos, quando dissociados de um prévio conhecimento acerca do seu funcionamento ou de seus recursos disponíveis, tornam-se apenas um amontoado de peças. O mesmo acontece com a quantidade de informações que estão disponíveis na internet, caso não sejam filtrados pelo usuário, transformará-se apenas em informações fragmentadas e abstrações da realidade.

Essa situação demonstra que não é necessário apenas a posse de equipamentos físicos para que haja a integração de grupos na sociedade da informação, mais que isso necessita-se que essas pessoas também sejam letradas digitalmente, fator necessário para a integração desses grupos ao restante da sociedade “digitalmente inclusa”.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas, foi permitido analisar a apropriação das novas tecnologias de informação e Comunicação por parte dos trabalhadores terceirizados, e de que forma o domínio dessas TICs influenciam na empregabilidade contemporânea.

Os funcionários terceirizados pertencem a um grupo que vende sua força de trabalho, assim como os demais trabalhadores, no entanto, os mesmos se distinguem dos demais devido à extrema desvalorização dos serviços prestados, tendo como fatores agravantes: a baixa remuneração e alta rotatividade a que estão submetidos, visto que trabalham temporariamente mediante contratos, o que, conseqüentemente, não garante a esses funcionários, uma estabilidade.

Cabe salientar que muitos dos entrevistados se mostraram, no início, receosos em participar da pesquisa, ainda que tenha sido garantido a eles o sigilo em relação a nomes e informações pessoais. Por esse receio que alguns demonstraram pode-se inferir que é resultado do medo que possuem em perder o emprego, devido à vulnerabilidade profissional em que se encontram.

Como foi discutido acerca da terceirização, enquanto uma configuração precária nas relações de trabalho, cabe explicar diversos constituintes da insegurança dessa modalidade empregatícia. O funcionário terceirizado é contratado por uma empresa prestadora de serviços, e esta será contratada por uma outra empresa ou Instituição pública, a quem se denomina tomadora de serviços. Todavia, o empregado presta serviços por um tempo determinado pelo contrato de trabalho, podendo ser demitido a qualquer momento.

Diversos entrevistados afirmaram possuir pouco tempo na instituição, menos de seis meses, e esses dados reiteram o que anteriormente foi mencionado: o funcionário contratado dificilmente permanece por mais de quatro anos no mesmo espaço, sendo trocado constantemente de empresas, como já ocorrido no IFBA, refletindo negativamente na concessão de direitos a esses trabalhadores e também na perspectiva profissional por parte desses contratados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama global atual encontra-se delineado em novos moldes após a criação e incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação (TICS). Estas vêm transformando materialmente o meio social e permeando as relações intersubjetivas na medida em que suscitam cada vez mais mudanças nas dinâmicas das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais.

A intensidade e utilidade desse movimento é perceptível de forma mais acentuada na agilidade e praticidade conferidas às atividades que possuem maior nível de complexidade ou mesmo aquelas que fazem parte do cotidiano.

Entretanto, é importante salientar que os reflexos desse movimento tecnológico não se mostram totalmente positivos, pois entende-se que ele é criado e utilizado a partir da perspectiva social, e dessa forma muitos dos vícios arraigados nas configurações sociais são refletidos no acesso e uso das TICS, fundamentalmente aqueles voltados a desigualdade e exclusão social.

Nessa linha de entendimento, a exclusão digital, amplamente tratada neste trabalho, consiste em uma face da exclusão social na sociedade contemporânea. Defende-se aqui que a ideia de sociedade interligada,

concebida a partir do fenômeno da globalização, gera uma errônea percepção de que todos os indivíduos usufruem de modo equânime das facilidades promovidas pelas novas tecnologias. Os obstáculos sustentados pela desigualdade social, que foram fortalecidos ao longo do desenvolvimento histórico, muitas vezes são ignorados, mas é inegável que são eles que hoje distanciam muitos grupos sociais do movimento tecnológico que se expande pelo mundo.

Acreditando que esse afastamento, imposto a determinados grupos sociais, dificulta a apropriação e participação dos sujeitos em uma sociedade mediada por equipamentos tecnológicos e compromete também o exercício de direitos básicos, a presente pesquisa se estruturou a partir do objetivo de analisar, em uma perspectiva local, a relação entre exclusão digital em um espaço institucional mediado pelas TICs.

Com escopo nas relações de trabalho delineadas pela lógica da terceirização no âmbito do Instituto Federal da Bahia- Campus Seabra verificou-se, fundamentalmente por meio de entrevistas realizadas com os trabalhadores, que a apropriação dos recursos tecnológicos por esse grupo ainda é reduzida. É possível avistar desigualdades marcantes entre as próprias categorias de trabalhadores no que concerne ao acesso e domínio dos novos recursos tecnológicos.

Soma-se a isso a realidade social desses sujeitos que se encontram submetidos a condições de trabalho já precarizadas em virtude do modelo de terceirização implantado no qual figuram como parte na relação triangular formada. Tal condição suscita inúmeros prejuízos a estes obreiros, que por ocuparem posição desprivilegiada na relação supramencionada, acabam se submetendo a situações de elevada instabilidade e escassa perspectiva de melhoria nas condições de trabalho.

Diante disso, compreendeu-se a partir da presente pesquisa que, no que concerne ao uso das TICs por esse grupo de trabalhadores, a grande maioria tem acesso a equipamentos tecnológicos, todavia, isso não tem garantido uma exploração completa das possibilidades ofertadas por tais equipamentos, uma vez que essa falta de letramento digital impede que tais sujeitos atinjam, dentre outras coisas, melhores condições de emprego.

Se verifica, portanto, que as TICs adentraram os espaços sociais mas se conformam cada vez mais aos moldes desiguais já definidos socialmente. A ideia de inclusão comumente relacionada a tais recursos não tem se efetivado na prática, tendo em vista que as separações motivadas por nível de escolaridade, gênero, idade ou condição econômica também influem no acesso e domínio dos recursos tecnológicos e, nesse sentido, poucas iniciativas de qualificação e bom uso das TICs são constatadas para alterar esse quadro.

Assim, enxerga-se que os instrumentos tecnológicos são cada vez mais presentes nos espaços sociais e, visualizando o quadro de desarmonia contemporâneo, espera-se que tais recursos possam ser melhor aproveitados de modo que não se transformem em instrumentos voltados à manutenção de desigualdades. Que esses recursos tecnológicos sejam utilizados, fundamentalmente em espaços de ensino como o IFBA, para a qualificação e verdadeira inclusão digital dos sujeitos, ações estas que possivelmente se reverterão na almejada inclusão social com consequente efetivação de direitos básicos inerentes a todos os cidadãos.

6 REFERÊNCIAS

BENAKOUCHE, Tamara. **A escola enquanto espaço de reprodução da exclusão digital**. Estudos de Sociologia. Rev. do Prog de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 8, n 1,2, p 51-68.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. **Inclusão digital: ambiguidades em curso**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 23-48.

BONILLA, Maria Helena Silveira; SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Diretrizes metodológicas utilizadas em ações de inclusão digital**: EDUFBA, 2011, p. 91-107.

BRASIL. Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.542 de 20 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5542-20-setembro-2005-538567-publicacaooriginal-34462-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

COSTA, Leonardo Figueiredo. **Novas Tecnologias e inclusão digital: criação de um modelo de análise**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 109-126

DIAS, Lia Ribeiro. **Inclusão digital como fator de inclusão social**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 61-90

FRÓES, Teresinha. **Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem**: Implicações ético-políticas no limiar do século. Salvador: Eufba, 2000, p.283-307.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o

Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional do IFBA**. Salvador, 2014-2018, p.25.

SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital: A miséria na era da informação**. São Paulo. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2001.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **Letramento digital e ensino**. Editora: Lucerna, 2002.